

# humanitas



**Vol. XXXVII-XXXVIII**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXXVII-XXXVIII



C O I M B R A

MCMLXXXV-MCMLXXXVI

## ASPECTOS POLÍTICOS NAS *SUPLICANTES* DE EURÍPIDES

Já se encontra nos Poemas Homéricos (*Il.* 4.376 sqq.; 10.286-288) e no Ciclo Épico — *Tebaida* e *Epígonos* (1) — a lenda dos Sete guerreiros que realizam a expedição contra Tebas para devolverem a Polínicos o governo da cidade que Etéocles usurpara, embora nessas obras ainda Atenas não desempenhe qualquer papel. A versão que associa a cidade de Teseu ao mito, concedendo-lhe relevo decisivo na libertação dos corpos dos Sete Heróis caídos em Tebas, deve ter-se formado, nos seus aspectos essenciais, no século VI, no tempo de Pisístrato e graças à propaganda deste governante (2). A nova versão enforma já os *Eleusínios* de Ésquilo (frs. 267-270 Mette), compostos talvez por volta de 475 (3).

Com base nessa lenda, em plena Guerra do Peloponeso, provavelmente em finais de 424, compõe Eurípides as *Suplicantes*, cuja acção decorre em Elêusis, diante do templo de Deméter (4).

---

(1) *Tebaida*: frs. IV, V e VII Allen; *Epígonos*: fr. I Allen. Sobre o assunto vide G. L. Huxley, *Greek Epic Poetry*, London, 1969, pp. 39-50.

(2) Vide H. Grégoire, in *Eurípide III*, Paris, 1923, repr. 1965, pp. 80-81; K. Schefold, «Kleisthenes» *MH* 3 (1946) 65-66; R. Aélion, *Eurípide, héritier d'Eschyle I*, Paris, 1983, p. 231.

As escavações arqueológicas realizadas por Mylonas parecem, no entanto, dar algum crédito a esta versão e às pretensões atenienses: cf. *BCH* 78 (1954) 111 e *BCH* 79 (1955) 220; Mylonas *PAE* 1953 (1956) 81 sqq.; L. H. Jeffery, *BSA* 60 (1965) 50 (As citações de Mylonas e Jeffery foram colhidas em Webster, *The Tragedies of Eurípides*, p. 127).

(3) Sobre os *Eleusínios* vide infra p. 106. Todas as datas referidas no trabalho são anteriores à nossa era.

(4) Não há unanimidade quanto ao momento em que teria sido composta a tragédia. Os especialistas têm optado por datas que oscilam desde 424 (Zuntz, *The Political Plays of Eurípides*, Manchester, 1955, repr. 1963, pp. 53-94; Webster, *The Tragedies of Eurípides*, London 1967, pp. 116-117) até 417-416 (Schmid-Stählin,

O exército de Argos, comandado pelo seu rei Adrasto, marchara contra Tebas, mas a expedição salda-se num fracasso, e os Sete guerreiros perecem em combate. Insensível aos rogos dos familiares dos atacantes e contra os ditames do uso e da religião, a cidade, por decreto público, deixa os corpos dos vencidos insepultos, à mercê das feras e das aves da rapina. As mães e os órfãos dos mortos recorrem então a Atenas e, em atitude de súplica, imploram de Teseu ajuda na recuperação dos corpos dos filhos e pais mortos. Depois de algumas hesitações iniciais e apesar das ameaças de Tebas, o rei concede a ajuda solicitada e, numa expedição vitoriosa, alcança o objectivo que visava. A peça termina com o ritual fúnebre dos corpos dos Sete guerreiros e com a entrega das suas cinzas aos filhos, que juram não mais pegar em armas contra cidade de Palas.

Do rápido resumo feito, deduzem-se sem esforço implicações políticas que tentarei analisar de seguida. Antes, porém, procurarei dar uma breve nota do contexto histórico para melhor se compreenderem tais implicações.

## 1

À data da representação das *Suplicantes* haviam decorrido já sete anos da Guerra do Peloponeso com alternâncias de vitórias e derrotas para um e outro lado. Esparta vira as regiões costeiras do Peloponeso frequentes vezes atacadas pela frota ateniense e sofrera em 425 um grave revés em Pílos que deixa cercado na pequena ilha de Esfactéria um contingente lacedemónio, constituído por figuras gradas da cidade. Os vencidos oferecem, por isso, uma paz em condições vantajosas que Atenas, excitada pelo sucesso e incitada por Cléon, rejeita (Thuc. 4.17.4, 22 e 27). Foi um erro de graves consequências que os autores da época não deixaram de assinalar (5).

---

*Geschichte der griechische Literatur* I. 3, pp. 454-455). A tendência actual é para admitir a data mais remota. Vide C. Collard, *Eurípides: Supplices*, Groningen, 1975, pp. 8-14 (a partir de agora Collard, *Supp.*). Como o tom antitebano e a afirmação do dever de sepultar os mortos parecem implicar uma posteridade ao desastre de Délion (vide infra pp. 89-90), a peça não poderia ter sido levada à cena antes de Novembro de 424, altura em que Atenas foi derrotada pela Confederação Beócia (vide V. di Benedetto, *Eurípide: teatro e società*, Torino, 1971, pp. 156-162).

(5) Vide infra, p. 110.

Atenas, por seu lado, suportara as consequências de uma peste que dizimara cerca de um terço da população, sofrera as razias anuais do exército inimigo que lhe destruía as culturas e, nesse ano de 424, acabava de ser atingida pelo desastre de Délion, infligido por Tebas aliada de Esparta. Embalados pela vitória de Esfactéria, os Atenienses concebem o projecto de intervir na Beócia. Pretendiam destituir os oligarcas favoráveis a Esparta e impor regimes democratas. Com esse objectivo, um exército comandado por Hipócrates transpõe a fronteira e ocupa Délion, cidade que deve o nome a um santuário em honra de Apolo Délio ali existente. O general ateniense apodera-se do templo e fortifica-o, para servir de apoio aos democratas da região. As forças da Confederação Beócia acorrem e, apesar de não conseguirem reconquistar Délion, infligem aos Atenienses uma pesada e sangrenta derrota: cerca de mil hoplitas mortos, além de grande número de soldados de equipamento ligeiro. Os sobreviventes, em debandada, fogem para Atenas. Nas *Supplices* haveria, segundo R. Goossens, uma velada crítica de Eurípidés ao modo como foi preparada e dirigida a batalha: os versos 707-710 informam que Teseu acorria aos pontos mais indecisos do combate, incitava e animava os seus homens — actuação bem diferente, de acordo com a descrição de Tucídides (4.96), da do general ateniense em Délion (6). A má preparação e condução da batalha por Hipócrates teria provocado a derrota dolorosa para Atenas.

O arauto enviado pelos Atenienses a Tebas, a reclamar de acordo com as leis dos Helenos os corpos dos mortos e uma trégua para os sepultar, cruza-se no caminho com um emissário tebano. Por ele, os Tebanos exigem dos Atenienses a evacuação do templo, que continua ocupado, e acusam-nos de terem violado as leis dos Helenos, ao transformarem um santuário em fortaleza, dando-lhe um uso profano. Recusam, além disso, a entrega dos mortos e proíbem que lhes sejam prestadas honras fúnebres, enquanto os Atenienses não evacuarem Délion. Ao procederem assim, incorrem, por sua vez, numa violação das «leis divinas» ou das «leis comuns dos Helenos» (7).

(6) «Périclès et Thésée», *BAGB* 35 (1932) 12-13.

(7) Sobre o respeito pelos santuários e o dever de enterrar os mortos, vide J. Rineiro Ferreira, *Hélade e Helenos I — Génese e Evolução de um Conceito*, Coimbra, 1983, pp. 171-173 e 174-176, respectivamente.

Ao cabo de dezassete dias, o arauto ateniense, enviado de novo a Tebas, vê satisfeitos a reclamação de entrega dos corpos e o pedido de concessão de uma trégua para os sepultar, já que Délion acabava de se render.

O evento deve ter originado um sentimento de revolta e provocado emoções profundas nos Atenienses. Tucídides (4.90-101) narra o episódio em pormenor e confere-lhe dramatismo, talvez por estarem em causa duas leis tradicionais. É possível que os acontecimentos descritos tenham motivado em Eurípides a composição das *Suplicantes*, peça em que é fundamental o tema da restituição dos mortos e da obrigação das honras fúnebres (8). Humilhados pelo triunfo inesperado de um povo que desprezavam, os Atenienses sentiriam, como observa Grégoire, uma amarga satisfação ao constatarem que os Tebanos violavam as leis pan-helénicas e divinas (9). A dor e o sofrimento das mães, viúvas e órfãos atenienses encontram sem dúvida um eco nos lamentos das mães e filhos suplicantes da peça.

A tragédia apresenta um sintomático tom antitebano e nela os habitantes da cidade de Cadmo aparecem embriagados por uma vitória que não mereciam: como um pobre que enriqueceu de um momento para o outro — observa Adrasto (vv. 742-744) —, perderam o senso da medida (10).

## 2

As leis que impõem o dever de ajudar e defender os suplicantes e as que obrigam a sepultar os mortos aparecem ao longo da peça indistintamente referidas como leis divinas ou como leis pan-helénicas (11). De grande importância na cultura helénica e com afloramentos assíduos na literatura grega, em especial na tragédia (12), elas constituem uma linha de força da acção desta peça de Eurípides.

(8) Vide Grégoire, in *Euripide III*, pp. 92-95; Pohlenz, *Die griechische Tragödie I*, Göttingen, 21954, p. 360; J. de Romilly, *La loi dans la pensée grecque*, Paris, 1971, p. 41; Collard, *Supp.*, pp. 10-11. Schmid, *GGL I*, 3, p. 455, nota 2 nega que a batalha de Délion possa constituir um indício para datar as *Suplicantes*.

(9) in *Euripide III*, p. 94.

(10) Sobre estes versos vide infra, pp. 22-23.

(11) Vide Collard, *Supp.* ad 18-19, 308-312 e 524-527; Zuntz, *The Political Plays of Euripides*, pp. 16-17 (de futuro Zuntz, *PPE*).

(12) Vide J. Ribeiro Ferreira, *Hélade e Helenos*, pp. 160-167 e 174-176.

Derrotado o exército de Argos que fora a Tebas reclamar o governo para Polinices, a cidade, ao proibir — pela voz de Creonte, o novo governante — a sepultura dos mortos do exército atacante, viola a lei dos deuses (v. 19) e recusa aceder (v. 123) a um pedido que é sagrado. É então que as mães e os órfãos dos Sete guerreiros caídos em Tebas se dirigem a Teseu, pedindo ajuda na recuperação dos corpos dos filhos e pais mortos que jazem insepultos na cidade de Édipo.

O primeiro impulso do rei foi de recusa. Verificara que a actuação de Adrasto fora insensata: atraído para uma guerra irresponsável e com laivos de impiedade e de insolência, nela persistira, mesmo depois de saber que os oráculos eram contrários e impeditivos (13). A insensatez e irresponsabilidade é acentuada por Teseu que, em diálogo esticomítico (vv. 110-161), censura Adrasto num verdadeiro *ἔλεγχος*, obrigando-o a reconhecer os seus erros: preparação insuficiente e carácter pouco razoável da expedição, realizada devido à pressão de um grupo de jovens ambiciosos (vv. 160-161); presunção (v. 127), interferência na política interna de Tebas (vv. 132-136), interpretação temerária de oráculos (v. 138) e desprezo pela vontade dos deuses (vv. 155-159). A semelhante irresponsabilidade e falta de senso não deseja Teseu associar o seu destino e o da sua cidade. Remontando aos inícios da civilização (vv. 198 sqq.), o rei ateniense termina por observar que Adrasto agiu como se pretendesse que a razão humana superasse a divina: interpreta os oráculos de acordo com a sua ambição (vv. 219 sqq.) ou, se necessário, contraria-os mesmo (vv. 229-231). Como Egisto na *Odisseia* (1. 32-43), não atende os avisos da divindade e, como ele, sofre as respectivas consequências. Não há, pois, que culpar e acusar os deuses. Foram os homens os causadores da desgraça e da ruína do orgulhoso exército de Argos,

Adrasto sofre na peça um processo de degradação e nela é tratado com nítida falta de simpatia. Como nota Grégoire, não mostra indícios da sua lendária eloquência e é facilmente vencido por Teseu (14). Não consegue, minimamente sequer, influir na determinação do rei de Atenas que, pelo contrário, de modo agreste e repassado de ironia, o convence de inconsequência e leviandade nas decisões e na actua-

---

(13) Cf. vv. 155-161. Sobre o assunto vide G. M. A. Grube, *The Drama of Euripides*, pp. 230-233; H. D. F. Kitto, *Greek Tragedy*, p. 225; Zuntz, *PPE*, pp. 7-9.

(14) in *Euripide III*, pp. 85-86.

ção (vv. 113 sqq., em especial 159, 161 e 219-237). Mais tarde impede-o de responder ao arauto tebano (vv. 513-516) e não aceita a sua companhia na expedição contra Tebas (vv. 591-597). Adrasto falha em toda a linha.

A causa das mães dos guerreiros mortos estaria perdida se não fora a intervenção de Etra que vem colocar o filho perante as dúvidas morais que a recusa de ajuda implica. Lembra-lhe que constitui um dever sagrado a ajuda aos suplicantes e o enterrar dos mortos (vv. 304 sqq.). Pede-lhe, por isso, que não cometa o erro de persistir na negativa: deve, pelo contrário, obrigar os Tebanos a ceder os corpos, impedindo-os de transgredir as leis de toda a Hélade (v. 311) (15).

Teseu aceita as recriminações da mãe e reconhece que seria indigno fugir ao perigo e às responsabilidades, deixando sem o devido castigo essa violação. Como observa Zuntz, os inocentes estão a sofrer maus tratos, estão a ser infringidas as leis comuns da Hélade — leis divinas e humanas, de cuja observância deriva a segurança, a dignidade e a verdadeira existência de Atenas e de todas as cidades gregas (16). Consciente dessa realidade, Teseu irá, por isso, a Tebas exigir a entrega dos corpos. Tentará primeiro obtê-los a bem, servindo-se da persuasão (vv. 345 sqq.). Se, no entanto, tal tentativa não surtir efeito, recorrerá mesmo à força e às armas. Teseu, que não cedera ao pedido de Adrasto implicado numa guerra insensata, vê-se obrigado a fazê-lo, quando Etra lhe lembra que estão em causa valores morais (17). A sua campanha será empreendida em nome desses valores, em obediência às leis de todos os Helenos (vv. 524-527) e a uma norma comum de toda a Hélade (v. 538).

Se Tebas transgredira essas leis, ao maltratar os mortos, insiste na transgressão, quando coloca o ódio acima da justiça e, impelida pelo rancor, persegue os inimigos para além das fronteiras: vai ao ponto de proibir, sob ameaça de guerra, que seja prestada ajuda aos familiares dos mortos, mesmo quando suplicantes. A cidade de Cadmo não pode justificar essa actuação com a necessidade de punir a invasão nem escudar-se em tais desculpas. Dar sepultura aos mortos

---

(15) É uma invenção de Eurípides o papel de Etra, que tem por missão suscitar em Teseu as fortes dúvidas morais (vv. 87-364) implícitas na sua possível recusa inicial. Vide Grégoire, in *Euripide* III, pp. 85-87; Collard, *Supp.*, p. 5.

(16) *PPE*, pp. 7-8.

(17) Este aspecto é analisado mais adiante pp. 103 sqq.



é uma obra piedosa (v. 559) — acentua Teseu — e a proibição de os enterrar ofende a Grécia inteira e fere as suas susceptibilidades (vv. 538-540). Se Tebas sofreu injustiça dos Argivos, repeliu-os, venceu-os e, desse modo, já fez justiça. É sacrílego o encarniçamento contra os mortos e absurdo receá-los (vv. 547-548). Tebas deve, portanto, agir em consonância com as leis sagradas e respeitar os sentimentos de todos os Helenos, entregando os corpos, para que sejam sepultados. Se o não fizer de livre vontade, tem de ser constrangida a isso. Recuperar os mortos é, portanto, para Teseu um imperativo mesmo que se veja na necessidade de usar a força, para evitar que seja violada a lei antiga dos deuses (*νόμος παλαιὸς δαιμόνων*: vv. 562-563).

Terminada a luta com a vitória de Atenas, a recuperação dos corpos torna possível que os mortos tenham as devidas honras fúnebres e uma sepultura. Assim Atenas possibilita o cumprimento das leis dos deuses, que devem ser seguidas por todos os Helenos (18).

## 3

Decidido a ir a Tebas exigir a entrega dos cadáveres, para que lhes sejam prestadas honras fúnebres, Teseu não deseja, contudo, fazê-lo contra a vontade da pólis e, por isso, vai consultá-la (vv. 349 sqq.). Se o rei de Atenas está agora consciente de que não é de transigir quando estão em jogo princípios morais e as leis divinas, não quer, sem prévia aceitação, envolver a cidade numa empresa que pode ter graves efeitos: originar a guerra com Tebas e provocar a morte de muitos cidadãos. Para ele, a pólis deve ser ouvida, já que dela deriva o poder e sobre os cidadãos vai recair o peso das consequências. Nenhum chefe deve governar à revelia da opinião do povo. O poder não deve estar nas mãos de um só — enuncia ele nos versos 404-406 —, mas pertence ao *demos*. A pólis deve ser livre.

Estes princípios são postos em realce no *agôn* entre Teseu e o Arauto tebano (vv. 399 sqq.) — um debate que tem sido muito criticado como irrelevante e deslocado no evoluir da acção (19).

---

(18) Cf. Zuntz, *PPE*, pp. 3-25 (esp. 3-11). Vide tb. D. J. Conacher, *The Euripidean Drama*, Toronto, 1967, pp. 97-105.

(19) Vide G. M. A. Grube, *The Drama of Euripides*, p. 234.

Confronto de duas concepções políticas diferentes, com a defesa dos regimes respectivos, o *agôn* já tem sido aproximado do passo de Heródoto 3. 80-83, em que Otanes, Megabizo e Dario defendem a democracia, a oligarquia e a monarquia, respectivamente. J. de Romilly, no entanto, observa que Eurípides, por um lado, restringe o debate à tirania e à democracia, apresentando a primeira como negação dos ideais da segunda; por outro, coloca o medo como principal causa da repressão dos tiranos, o que não acontece em Heródoto (20).

A Teseu, chefe modelo, democrata, que submete as decisões à vontade da pólis e advoga as leis e os usos comuns dos Helenos, contrapõe-se o Arauto tebano, defensor do regime tirânico de um só — regime esse que não se submete a quaisquer leis, pugna pelo uso da força e da violência e coloca acima da justiça o ódio aos adversários (21).

A argumentação do Arauto não empreende uma defesa do regime despótico pela positiva; fá-lo pondo em realce que desse Estado estão ausentes a demagogia e outros aspectos negativos que, em sua opinião, apoquentam a democracia. Desse modo considera Tebas a detentora do melhor regime, por obedecer e se submeter à vontade de um só, Creonte, e não à da multidão (*ὄχλος*, v. 411). Ali não figura o orador que exalta e adula o povo, buscando o seu próprio interesse (*κέρδος*, v. 413); provoca o prejuízo da pólis e depois dissimula a falta, caluniando para evitar o castigo (vv. 414-416) — uma actuação semelhante à que Tucídides 3.38 atribui aos demagogos. Daí concluir-se que o passo das *Suplicantes* alude, sem dúvida, a essa classe de políticos que, ávidos de poder e utilizando a calúnia e a mentira, arrastavam o demos para atitudes violentas e intransigentes. Idêntica crítica volta a aparecer nos versos 486-489 do *Hipólito*, peça apresentada em 428, e nos versos 254-257 da *Hécuba*, datável de 424-423; no *Orestes*

(20) «Il pensiero di Euripide sulla tirania», *Dioniso* 43 (1969) 179.

É corrente falar de três tipos de constituições que, com os correspondentes desvios, formam as seis constituições perfeitamente delineadas em Aristóteles. Em Atenas, no entanto, as circunstâncias podem, na prática, levar os grupos a opor simplesmente a tirania ao bom regime — a democracia. Sobre o assunto, vide J. de Romilly, «Le classement des constitutions d'Hérodote e Aristote», *REG* 72 (1959) 81 sqq.; Collard, *Supp.*, p. 212 ad 381-597. C. 3; M. H. da Rocha Pereira, «O mais antigo texto de teoria política», *Nova Renascença* I, 4 (1981) 364-367.

(21) Sobre Teseu como chefe modelo e símbolo do governante ideal em Atenas vide infra pp. 107-109.

(vv. 903-906) e na *Ifigénia em Áulide* (caracterização de Ulisses e sobretudo v. 526), duas tragédias do fim da guerra do Peloponeso.

Para o Arauto, o povo, incapaz de um raciocínio correcto, não consegue governar devidamente a pólis. Mesmo quando instruído e sabedor, não dispõe, na maioria dos casos, de tempo suficiente para tal tarefa: assim acontece ao camponês pobre. O trabalho da terra não lhe deixa vagar que dedique aos negócios da cidade (vv. 417-422). Desse modo, sem possibilidade de destringer a verdade da mentira e sem tempo disponível para o governo da pólis, o demos deixa-se seduzir pelas palavras dos demagogos e sofre o seu domínio (vv. 423-425). Na democracia o Arauto vê, portanto, apenas o poder dos demagogos sobre uma multidão incapaz, incompetente e cega pela paixão, cuja pobreza não lhe permite a disponibilidade necessária para gerir os assuntos da comunidade. Em tais afirmações, que são a expressão de um ponto de vista oligárquico, estão contidas as críticas mais pertinentes que, desde a Antiguidade, se têm feito à democracia ateniense, ou mesmo à democracia em geral (22).

Não devemos andar longe da verdade, se pensarmos que na mira do ataque do poeta aos demagogos, feito nas *Suplicantes*, pudessem estar um político como Cléon, cuja actuação foi determinante em Atenas, ao conduzir a cidade para posições belicistas e extremas (23). Emergindo nos anos subseqüentes à morte de Péricles em 429, era no momento o chefe mais escutado pelo *demos*. A sua imagem e actuação violenta deveriam impôr-se na memória de Eurípides. Significativamente, três das tragédias citadas em que aparecem críticas do poeta aos demagogos, o *Hipólito*, a *Hécuba* e as *Suplicantes*, datam dos anos posteriores a Péricles, em que pontificava Cléon. Nesse sentido nos encaminha Tucídides quando, numa análise à actuação de Péricles, aponta a ambição dos seus sucessores como a causa do desastre de Atenas (2.65).

Teseu, na resposta (vv. 403-408 e 426 sqq.), embora assumia a defesa do regime democrático, abstém-se de rebater objectivamente as acusações; limita-se a um elogio, patriótico e marcado pelo idealismo, da liberdade e da igualdade que reinava em Atenas. Começa

(22) Cf. J. de Romilly, *Problèmes de la démocratie Grecque*, Paris, 1975, pp. 19-130.

(23) Vide R. Goossens, «Périclès et Thésée» cit., pp. 22-24; V. di Benedetto, *Euripide: teatro e società*, pp. 158-159 e 180-181.

por repelir a ideia de tirania implícita na pergunta «quem é o *tyrannos* desta terra?» (v. 399), com que o Arauto de Tebas se lhe dirige, e considera um erro procurar um *tyrannos* em Atenas, uma cidade livre (*ἐλευθέρα πόλις*: v. 405), em que o demos governa e gozam de iguais direitos o pobre e o rico:

*Πρῶτον μὲν ἤρξω τοῦ λόγου ψευδῶς, ξένη,  
ζητῶν τύραννον ἐνθάδ'· οὐ γὰρ ἄρχεται  
ἐνὸς πρὸς ἄνδρὸς ἀλλ' ἐλευθέρα πόλις.  
δῆμος δ' ἀνάσσει διαδοχαῖσιν ἐν μέρει  
ἐναυσίαισιν, οὐχὶ τῶι πλούτῳ διδοῦς  
τὸ πλεῖστον ἀλλὰ χῶ πένης ἔχων ἴσον. (24)*

Ao ler estes versos, imediatamente vem à memória o elogio da constituição ateniense, feito por Péricles na «Oração Fúnebre» que lhe atribui Tucídides (cf. em especial 2.37.1).

No passo de Eurípides há sem dúvida uma alusão clara ao funcionamento da democracia ateniense no século V: governo do demos, rotativismo anual nos cargos públicos, igualdade de direitos para ricos e pobres (25). São essas, afinal, as características mais salientes do regime de Atenas. Embora se trate, evidentemente, de um anacronismo, convém não esquecer, como veremos adiante, que a partir do século V a democracia ateniense atribuía a Teseu uma reforma da constituição monárquica, de cariz democrático, na qual se via a origem do regime dos tempos clássicos (26).

Dado comumente aceite pela generalidade dos Atenienses do século V, também para Teseu não há nada pior do que a tirania, regime em que não há leis feitas pela comunidade (vv. 430-431: *νόμοι κοινολ*),

(24) VV. 403-408:

*Antes de mais começaste o discurso por uma falsidade, estrangeiro,  
ao procurar um tirano em Atenas que não está sob a chefia  
de um só, mas é uma cidade livre.  
O povo governa, alternadamente, por rotações  
anuais. Neste país ao rico não se concedem  
privilégios e o pobre goza de iguais direitos.*

(25) Sobre a importância da *isonomia* na democracia ateniense vide infra nota 27.

(26) Vide infra pp. 107-108.

nem existe igualdade (v. 432: οὐκέτ' ἔστ' ἴσον); em que vigora o governo de um só, cuja vontade se ergue como única lei (vv. 429-432):

Οὐδὲν τυράννου δυσμενέστερον πόλει,  
 ὅπου τὸ μὲν πρότιστον οὐκ εἰσὶν νόμοι  
 κοινοί, κρατεῖ δ' εἷς τὸν νόμον κεκτημένος  
 αὐτὸς παρ' αὐτῶι καὶ τόδ' οὐκέτ' ἔστ' ἴσον. (27)

Teseu acusa ainda a tirania de destruir, por os recluir, os homens mais hábeis e competentes (vv. 446). O tirano — refere ele (vv. 444 sqq.) com argumentos que constituem uma espécie de lugares-comuns — odeia os melhores cidadãos, elimina-os, temendo que lhe ameacem o trono, e desonra-lhes as mulheres e filhas. Por isso, ninguém se esforçará por enriquecer um tirano; um grande desinteresse se estenderá por toda a cidade. O governo de um só é desse modo, ao contrário do governo do demos, causa de debilidade e fraqueza para uma pólis (v. 447).

Bem diferente, na opinião de Teseu, é a vida e a situação dos que vivem sob governo do demos. À desigualdade e falta de liberdade da tirania contrapõe-se um regime em que imperam as leis escritas, em que o rico e o pobre gozam dos mesmos direitos (vv. 433-434), o fraco tem possibilidades de responder ao insulto do forte e o pequeno

- (27) *Nada é mais nocivo à pólis do que o tirano.  
 Sob o seu domínio não existem leis válidas  
 para todos: apenas um homem detém o poder, instituindo-se  
 em lei própria. Desse modo nunca há igualdade.*

A *isonomia* ou igualdade perante a lei é a característica mais saliente da democracia ateniense. Tal noção surge possivelmente nos inícios do século V, já que parecem ter sido divulgadas por essa época as *Canções de Mesa* respeitantes aos Tiranicidas, nas quais são já exaltados Harmódio e Aristogíton, por terem tornado Atenas *isónoma* (*ἰσονόμος Ἀθήνας*: Scol. 893.4 e 896.4 Page) com o acto praticado (Sobre as *Canções a Harmódio* e sua datação vide C. M. Bowra, *Greek Lyric Poetry. From Alcman to Simonides*, Oxford, 21961, repr. 1967, pp. 391-396). Aliás nos textos gregos verifica-se, frequentes vezes, uma equiparação entre a democracia e a *isonomia*, embora sem existir uma identidade total entre as duas. É o que se observa em Heródoto 3.80, 83 e 142. Sobre o assunto vide M. Ostwald, *Nomos and the Beginnings of the Athenian Democracy*, Oxford, 1969, pp. 96-136; G. Vlastos, «Ἴσονομία πολιτική» in J. Mau und E. G. Schmidt (edd.), *Isonomia. Studien zur Gleichheitsvorstellung in griechischen Denken*, Berlin, 1971, pp. 1-35). Para uma análise dos versos vide Collard, *Supp.* ad 429-432.

de vencer o poderoso, quando a razão o acompanha. No país em que o povo é senhor (*αὐθέντης*) vigora a liberdade e cada um pode ser útil à pólis pelo conselho esclarecido, tem o direito de tomar a palavra ou permanecer silencioso, conforme seja do seu agrado (vv. 437-442) (28). Esta participação e empenhamento, conclui Teseu, gera uma juventude ardente e decidida — força e dinamismo da pólis (v. 443). Teseu celebra assim o poder do demos e põe em realce a igualdade perante a lei — uma igualdade potencial que abre caminho ao exercício de capacidades desigualmente repartidas.

Democrata que submete as decisões à vontade da pólis (vv. 114, 129, 349 sqq.), o rei ateniense não parece, apesar de tudo, adepto da democracia radical, com domínio do demos urbano sem recursos incitado pelos demagogos, com estava a acontecer em Atenas, cada vez com mais insistência, à medida que a Guerra do Peloponeso avançava (29).

Pelo menos é o que se deduz dos versos 238-245, em que Teseu emite opinião sobre as três classes sociais de cidadãos — os ricos, a classe média e os pobres:

*Τρεῖς γὰρ πολιτῶν μερίδες· οἱ μὲν ὄλβιοι  
ἀνωφελεῖς τε πλειόνων τ' ἐρῶσ' αἰεὶ·  
οἱ δ' οὐκ ἔχοντες καὶ σπανίζοντες βίου  
δεινοί, νέμοντες τῷ φθόνῳ πλέον μέρος,  
ἐς τοὺς <τ'> ἔχοντας κέντρ' ἀφιᾶσιν κακά,  
γλώσσαις πονηρῶν προστατῶν φηλούμενοι  
τριῶν δὲ μοιρῶν ἧ' ἂν μέσοι σώζει πόλεις,  
κόσμον φυλάσσουσ' ὄντιν' ἂν τάξει πόλις. (30)*

(28) De novo estas afirmações de Teseu recordam a «Oração Fúnebre» de Péricles em Tucídides.

(29) Vide W. G. Forrest, *La naissance de la démocratie grecque de 800 à 400 avant Jésus Christ* (trad. franc.), Paris, 1966, pp. 18-38; J. de Romilly, *Problèmes de la démocratie Grecque*, pp. 19-48; C. Hignett, *A History of the Athenian Constitution to the end of fifth century B.C.*, Oxford, 1952, repr. 1975, pp. 214 sqq.

(30) Vv. 238-245:

*São três as classes de cidadãos. Os ricos  
são inúteis e sempre ávidos de mais riquezas.  
Os que nada têm, privados de recursos de sobrevivência,  
constituem um perigo: mais inclinados à inveja,*

Os ricos são acusados de serem inúteis à pólis e ávidos na procura da riqueza e os pobres de serem sediciosos e crédulos nos demagogos, constituindo por isso um perigo; a «classe média», pelo contrário, é elevada — em consonância aliás com um dos princípios fundamentais da cultura grega, a característica moderação que foge das posições extremas — ao estatuto de salvadora e sustentáculo da pólis (*ἡ γὰρ μέσσωι σώιζει πόλεις*).

Esta valorização do papel da classe média apresenta pontos de contacto com a doutrina da democracia moderada que se desenvolve nos últimos anos do século V e goza de certa voga ao longo do IV. Propugnada por Terâmenes, cujas ideias e posições concitariam o aplauso de Tucídides (cf. 8.68), esteve na origem da revolta oligárquica de 411 e no centro da crise de 404-403, com papel activo na restauração da democracia em 403, após do regime dos Trinta Tiranos implantado na sequência da derrota na Guerra do Peloponeso em 404 (31). No século IV essas ideias enformam o pensamento de Isócrates e de Aristóteles — para citar apenas os dois exemplos mais significativos —, o primeiro em especial no *Areopagítico* e o segundo, que, como Eurípidés, também divide os cidadãos nas mesmas três classes (*Pol.* 1295b 1 sqq.), ao teorizar sobre a melhor constituição a que chama *politeia* (32).

---

*lançam dardos cruéis contra os que têm posses,  
seduzidos pelas palavras dos dirigentes perversos.  
Das três, é a classe média a salvadora das cidades,  
ao manter a ordem que a pólis instituiu.*

A divisão em três classes ocorre em outras peças de Eurípidés, com diferentes designações: *Ion* 595-606, fr. 285. 3 sqq. N<sup>2</sup>.

Sobre o assunto vide Collard, *Supp.* ad 238-245.

(31) Vide, entre outros, V. Ehrenberg, «Die Urkunden von 411», *Hermes* 57 (1922) 49 sqq. (= *Polis und Imperium*, Zurich, 1965, pp. 315 sqq.); W. S. Ferguson, «The Constitution of Theramenes», *CPh* 21 (1926) 72 sqq.; A. Fuks, *The Ancestral Constitution*, London, 1953; R. Sealey, «The Revolution of 411 B.C.», in *Greek Politics*, New York, 1967, pp. 111 sqq.; E. Will, *Le monde Grec et l'Orient*. I — *Le V<sup>e</sup> siècle (510-403)*, Paris, 1972, pp. 367 sqq.; S. A. Cecchin, *Patrios politeia. Un tentativo propagandistico durante la guerra del Peloponneso*, Torino, 1969; M. I. Finley, «La constitución ancestral», in *Uso y abuso de la historia*, trad. esp. Barcelona, 1977, pp. 45-90.

(32) Vide J. de Romilly, *Problèmes de la démocratie Grecque*, pp. 118-126 e 170-181; R. G. Mulgan, *Aristotele's Political Theory*, Oxford, 1978, pp. 76-77 e 102-113.

Os versos das *Suplicantes* seriam, nesse caso, uma antecipação da referida doutrina da democracia moderada. Partindo desse pressuposto, alguns estudiosos vitam no passo em causa uma interpolação posterior e consideram-no irrelevante e deslocado. É o caso de Schenkl, Wecklein, Grégoire, entre outros. Para Goossens, a interpolação teria sido feita pelo próprio poeta em tempos posteriores, com a intenção de apoiar as ideias e posições de Terâmenes (33).

Analisada a integração dos versos no contexto da fala de Teseu, não vejo necessidade de admitir a hipótese de Goossens nem me parece correcta a acusação de irrelevância e incongruência temporal. Citados por Estobeu, *Flor.* 4.1.10 (= 43.10 M.), a generalidade dos editores aceita a autenticidade dos versos em causa: Murray e Diggle nem sequer dão guarida às propostas de exclusão no aparato crítico.

Teseu, nos versos precedentes — analisados mais adiante (34) —, anatematiza os que na pólis defendem uma política belicista, tendo em conta apenas objectivos pessoais, sem cuidar nos danos que possam causar. Em tal contexto, como observa Collard, o discutido passo enquadra-se sem dificuldade (35): na sequência imediata da crítica aos elementos ambiciosos e irreflectidos, tão nocivos ao bem público, é perfeitamente adequado que apareça na boca do rei de Atenas o conselho a Adrasto para procurar o apoio da classe média e evitar o das facções extremistas.

Os versos das *Suplicantes* fazem pois pensar que Eurípides estaria descontente com o rumo que a vida política seguia em Atenas e penderia, já em 424, para um regime de democracia moderada. Nada impede aliás que, nessa data, tais ideias fossem debatidas e encontrassem algum eco em Atenas.

A crítica aos ricos e aos pobres é frequente no poeta, que insiste de modo geral no carácter nocivo de uns e de outros para a sociedade, em contraste com a utilidade de uma classe média, elemento de equilíbrio para a pólis (36).

(33) «Périclès et Thésée» cit., p. 37.

(34) Vide infra, p. 104.

(35) Collard, *Supp.* ad 238-245. Vide tb. V. di Benedetto, *Euripide* cit., pp. 197-198.

(36) A teorização da importância da classe média no equilíbrio da pólis passa a assumir, a partir das *Suplicantes*, certo relevo na obra de Eurípides. Sobre o assunto vide V. di Benedetto, *Euripide* cit., pp. 183-184 e 193-211.



A apetência insaciável dos ricos e o carácter instável dos pobres transformaram-se em perigos reais e sérios ao longo da Guerra do Peloponeso. Nos tempos anteriores, em grande parte graças à acção e ao prestígio de Péricles, verificara-se de modo geral uma harmonização e uma conciliação das duas classes, em obediência aos interesses comuns da pólis (37). Com o início da guerra e sobretudo com o desaparecimento do grande estadista ateniense, a situação altera-se substancialmente, reaparecendo os conflitos entre os oligarcas e o demos, simbolizados a cada passo, nos autores gregos, nos ricos e nos pobres, respectivamente. As posições extremistas de uns e de outros apareciam aos olhos do poeta como uma ameaça para a pólis e causa de desordem e de perturbação social.

A referência, nas *Supplices*, aos perigos que podem derivar dos que pouco ou nada têm não significa, no entanto, que o poeta considere os pobres em si uma classe negativa para a sociedade. A ameaça viria do facto de constituírem uma massa moldável à mercê dos demagogos.

Aos dois estratos anteriores contrapõe Eurípides a atitude moderada da classe média que constituiria um elemento de equilíbrio e de comedimento no contexto dos violentos recontros políticos e sociais que dilaceravam Atenas no último quartel do século V. Nessa classe média residiria, portanto, a salvação da cidade, como diz o poeta nos versos acima citados e volta a repetir na *Electra* 367-390 e no *Orestes* 918-930 (38).

O passo das *Supplices* parece ser o primeiro acto de fé de Eurípides na classe média. Dessa classe em particular e da sua valorização em detrimento das outras duas resultaria o equilíbrio da pólis. Não se trata, portanto, da harmonia entre as várias facções como defendia Péricles, mas de influência e domínio da classe média que, por natureza, é moderada.

Neste contexto parece significativo verificar que Teseu, como vimos, não rebate objectivamente as acusações do Arauto — reconhe-

(37) Vide cf. Mossé, *Histoire d'une démocratie: Athènes*, Paris, 1971, pp. 43-53.

(38) F. Vanier, «Euripide: la classe moyenne introuvable», *LEC* 52, 2 (1984) 97-102, considera, no entanto, que não se pode ver na obra de Eurípides uma apologia da classe média. O que encontramos, tanto nas *Supplices*, como na *Electra* e no *Orestes*, é uma dualidade entre dois estratos opostos, com a ausência de um terceiro elemento intermédio.

cimento talvez de que se referiam a um mal da democracia e indício de que Eurípides concordava com elas (39). Na opinião de R. R. Gamble, as objecções contra a democracia não são refutadas por Teseu nem podiam sê-lo, por visarem verdadeiros defeitos desse regime. O mesmo se verifica a respeito da exposição sobre as fraquezas da tirania: o Arauto apenas responde ao rei de Atenas que fique com as suas ideias, porque as dele são contrárias (vv. 465-466). Por isso Gamble considera que o debate faz recordar o contemporâneo processo de *δισσοῦς λόγος*: dois argumentos, ambos efectivos e plausíveis, são colocados lado a lado, sem uma tomada de posição sobre eles (40). Para Lesky, estaríamos perante argumentos que sublinham a degenerescência quer da monarquia quer da democracia (41).

Não me parece que sejam de aceitar sem reservas as opiniões destes helenistas. Postas em confronto duas concepções políticas distintas, a validade de uma e de outra será comprovada, na prática, pelas obras e realizações. A exemplificação perfeita dos seus frutos encontramos-na na continuação do diálogo e nos episódios que se seguem.

Considerando a discussão contraproducente e pura perda de tempo, o Arauto apenas reconhece a lei da força. Por isso, na resposta, anuncia de imediato a imposição tebana: Adrasto e os seus deverão ser expulsos mesmo com desprezo das faixas sagradas de suplicantes. Se Atenas o não fizer, incorrerá no ódio dos Tebanos e sofrerá as consequências da guerra.

A imposição da cidade de Cadmo e a ameaça que a acompanha são bem elucidativas de um modo de agir prepotente. Constituem também uma contradição da afirmação subsequente do Arauto de que não há nada melhor do que a paz e de que o povo nunca se pronunciará a favor da guerra, se tivesse diante dos olhos a morte e outros males que ela provoca (vv. 480 sqq.). Mas como manifestar a opinião em regime como o de Tebas?

---

(39) Sobre as críticas à democracia ateniense como regime em que vigorava a cegueira popular, a incompetência, a anarquia e a ditadura do demos, vide J. de Romilly, *Problèmes de la démocratie Grecque*, Paris, 1975.

(40) «Eurípides' *Suppliant Women*: Decision and Ambivalence», *Hermes* 98 (1970) 399-400. Vide tb. J. W. Fitton, «The *Suppliant Women* and the *Heracleidai* of Eurípides», *Hermes*, 89 (1961) 433; H. D. Smith, «Expressive Form in Eurípides' *Suppliants*», *HSPH* 71 (1966) 160.

(41) *Die tragische Dichtung der Hellenen*, Göttingen, 1972, p. 362.

Para o autocrata tudo é válido e todos os caminhos são permitidos: não olha a meios para atingir os fins. O parecer da comunidade não tem qualquer valor perante a vontade do déspota e nenhum obstáculo se ergue ao seu querer: nem a justiça nem as normas sagradas. Estas podem constituir um óptimo aliado na defesa dos seus pontos de vista, mas não oferecem nunca um travão para os actos. Mais forte e impositivo é o ódio intolerante ao adversário que a todos envolve, sem poupar ninguém: o inimigo e quem o socorre ou acolhe.

Temos aqui em perfeita evidência, como, na opinião dos Gregos, actuava o regime tirânico, simbolizado em Tebas.

A resposta de Teseu é firme. Pautando a sua actuação pela justiça, não se exime às responsabilidades e imposições que esta lhe acarreta. Aceita o desafio dos Tebanos e refere ao Arauto não ter medo de marchar contra Tebas, já que tem a justiça pelo seu lado (vv. 564 sqq.). O seu intento não é provocar a carnificina; apenas pretende que sejam observadas as leis comuns dos Gregos e as normas divinas que impõem o dever de sepultar os mortos (vv. 524-527 e 538-541). Dirigente que acredita no poder da maioria e lhe submete as suas decisões, não transige, apesar da sua hesitação inicial, em questões de liberdade e justiça. Sabe, além de mais, conter-se, após a vitória, e refrear as ambições do exército. Por isso, tem razão M. H. Shaw ao considerar que Teseu não dá resposta às acusações do Arauto contra a democracia por não precisar de as dar: pela sua actuação ele próprio é a resposta (42). Comprova na prática, pelos seus actos, a defesa da superioridade do regime democrático que opusera ao regime tirânico defendido pelo Arauto de Tebas. Desde que bem dirigido por um general prudente, moderado e justo, esse regime traz bem-estar e prosperidade.

#### 4

Outro aspecto de realce na peça, já implícito no que se acaba de expor, reside na distinção entre a guerra justa e a guerra injusta.

Adrasto, por ambição e de forma insensata, como vimos em análise anterior, lança-se numa guerra irresponsável, com laivos de impiedade e de insolência (43). Deixara-se arrastar por jovens ambi-

(42) «The ἦθος of Theseus in the *Suppliant Women*», *Hermes* 110 (1982) 9.

(43) Vv. 110-161. Vide supra, p. 91.

ciosos que, na sua sede de honras e glória, multiplicam as guerras ao arrepio da justiça, sem ter em conta as desgraças e o sofrimento que causam ao povo (τὸ πλῆθος):

*Νέοις παραχθείς οἵτινες τιμώμενοι  
χαίρουσι πολέμους τ' ἀξάνουσ' ἄνευ δίκης,  
φθειρόντες ἀστούς, ὁ μὲν ὅπως στρατηλατῆι,  
ὁ δ' ὡς ὑβρίζῃ δύναμιν ἐς χειρας λαβίων,  
ἄλλος δὲ κέρδους οὐνεκ', οὐκ ἀποσκοπῶν  
τὸ πλῆθος εἴ τι βλάπτεται πάσῃον τάδε. (44)*

A cena é uma severa condenação da expedição dos Sete. Eurípidés quer pôr em realce a loucura de Adrasto que se lança de forma imprudente numa guerra sem justificação. Ao mesmo tempo, condena também todas as guerras que, provocadas pela ambição, avidez ou excesso dos chefes, trazem a perda de vidas humanas e são causa de sofrimento.

A insensatez e irresponsabilidade de Adrasto não se manifesta apenas na preparação e início da empresa militar, já que mais tarde, em plena campanha, rejeita por excesso de confiança o acordo razoável que Etéocles oferece (45). Assim — observa-o Vellacott — na expedição de Argos contra Tebas a justiça foi de longe ultrapassada pela impiedade (46).

A falta de senso, de que dá mostras Adrasto na preparação e condução da empresa, levam Teseu a recusar-lhe de início, como vimos, a ajuda pedida: ajuda que só concede, depois da intervenção da mãe a lembrar-lhe o dever de defender a justiça (47). Os Tebanos, argumenta ela, ao proibirem a sepultura dos mortos, violam e arruinam

(44) VV. 232-237:

*Arrastaram-te os jovens. Ávidos de glória,  
amam as guerras e, multiplicando-as sem olhar à justiça,  
causam a morte aos cidadãos: um deseja o comando,  
outro torna-se insolente quando adquire o poder,  
um terceiro procura a riqueza, sem examinar  
se o povo é prejudicado e sofre com isso.*

(45) Vide infra p. 110.

(46) *Ironic Drama. A Study of Euripides' Method and Meaning*, Cambridge, 1975, p. 157.

(47) Vide supra, p. 92.

as leis de toda a Hélade e põem em causa a sociedade humana. Há portanto um motivo justo para o combate. A rainha torna-se assim uma figura importante na economia dramática da peça de Eurípides: além do seu papel de persuadir Teseu, faz a distinção entre a guerra irresponsável de Adrasto e a guerra justa que o filho deve encetar para recuperar os corpos dos mortos. Como observa acertadamente Kitto, Teseu não cede ao pedido de Adrasto, que se envolvera numa luta insensata; mas tem de fazê-lo, quando Etra lhe lembra que estão em causa as queixas da humanidade e da religião. A campanha será empreendida em nome de uma e da outra.

Teseu tem agora consciência do carácter injusto e sacrílego da actuação de Tebas e dos deveres que tal facto lhe impõe. Por isso, firme perante a arrogância e as ameaças do Arauto (48), recusa responsabilidades no conflito: não foi ele quem levou no passado a guerra à cidade de Cadmo nem participou no exército dos Argivos que a invadiu; se hoje exige que os mortos sejam sepultados, agê apenas por necessidade de fazer cumprir as leis sagradas de todos os Helenos e não tem em mente ferir os Tebanos nem pretende levar-lhes a morte. Deseja tão somente restabelecer a justiça e pôr cobro a uma situação sacrílega e ímpia. A obtenção de tais objectivos passa, evidentemente, pela cedência dos corpos por parte de Tebas. Se esta não os entregar a bem, Teseu avisa-a de que os irá recuperar à força. As leis sagradas e comuns dos Gregos não podem deixar de ser cumpridas (vv. 560-564).

Com a justiça pelo seu lado, como lembra o Coro nos versos 564-565, Teseu não receia marchar contra Tebas. Aí chegado, faz ainda uma tentativa para resolver a situação pacificamente: proclama aos sitiados que a expedição não fora realizada pelo desejo de guerra, mas visava recuperar os mortos, para cumprimento da lei comum dos Helenos (vv. 670-672). Apela, por isso, à entrega dos corpos que evitaria uma batalha desnecessária e sempre causadora de morte e sofrimento. Como o opositor nem se digna responder, torna-se impossível fazer cumprir as leis sem o recurso ao combate.

Teseu procura evitar a guerra enquanto pode: manifesta o desejo de começar pela persuasão (vv. 346-347), preparando-se para enviar com essa finalidade um mensageiro a Tebas (vv. 381-391); no *agôn* com o Arauto tebano iniste que não deseja o recurso às armas, ten-

(48) Vide supra, p. 103.

tando obter os corpos pacificamente. As palavras irredutíveis do Arauto e a atitude intransigente e extremista da cidade de Cadmo tornam, porém, impossível esse desiderato.

A lenda, no que respeita à recuperação dos mortos, apresenta duas versões — uma pacífica em que os corpos eram entregues por Tebas mediante um compromisso e um tratado, outra conflituosa em que só pelo recurso à guerra consegue Atenas essa entrega. A última aparece referida em Heródoto 9.27 e em Isócrates, *Panegírico* 54-58. A versão pacífica é utilizada por Ésquilo nos *Eleusínios* e por Isócrates no *Panatenáico* 168-172 (49). Eurípides, que alude às duas versões logo no Prólogo (vv. 25-26), oferece a possibilidade de optar por uma ou por outra até ao momento limite em que Tebas não responde à proposta de Teseu, deixando este sem outra alternativa que não seja recorrer à força das armas, para que as leis sagradas dos Helenos possam ser cumpridas.

Assim nas *Suplicantes*, como acontece também nos *Heraclidas*, a causa da guerra é apresentada como justa, já que a motiva a obrigação de proteger refugiados e suplicantes e de prestar honras fúnebres aos mortos, e em ambos os casos a batalha termina com a vitória da causa justa (50). Observe-se, contudo, que, uma vez atingidos os objectivos propostos, o rei não permite, como vimos, que o exército entre na cidade e a saqueie (51). A expedição contra Tebas não visara a conquista, mas apenas a recuperação dos corpos (vv. 721-725). Transpor essa barreira era ultrapassar a medida e cair em excesso. É fácil uma guerra justa transformar-se, após a vitória, em insolência e injustiça. São vários os exemplos que se podem apontar (52).

A actuação de Teseu tem certas semelhanças com a figura que aparece no *Hércules*, bem diferente da que surge no *Hípólito* (53), e

---

(49) Cf. Plutarco, *Teseu* 29 (= fr. 268 Mette). Sobre o assunto vide R. Flacelière, «Thésée et Adraste chez Plutarque», *REG* 61 (1948) 82-83; R. Aélión, *Euripide, héretier d'Eschyle*, pp. 232-233; J. Ribeiro Ferreira, *Hélade e Helenos*, pp. 175-176, nota 4.

(50) Cf. Ph. Vellacott, *Ironic Drama*, p. 156.

(51) Vide supra p. 103.

(52) É o caso da atitude de Tebas após a vitória sobre o exército de Adrasto; da atitude dos Gregos no fim da Guerra de Tróia.

(53) O Teseu do *Hércules* é símbolo da amizade que coloca acima de tudo, o do *Hípólito* apresenta insolência e falta de medida. Sobre a caracterização do

apresenta paralelismo com a personagem do *Édipo em Colono* de Sófocles — de um príncipe cavalheiresco, quase ideal, que governa Atenas em paz e com justiça e recebe o exilado Édipo (54).

O Teseu das *Supplicantes* prefigura, em determinados aspectos, a imagem ideal do estadista ateniense do século V. Apresenta em especial algumas características comuns com Péricles: respeito pela vida humana (cf. vv. 739-745 e 775-776; Plut., *Per.* 33); dom de palavra e poder de persuasão; firmeza de propósitos e de actuação, quando estão em causa os princípios morais e problemas de equidade (55). O sentido de justiça de Teseu e a sua exigência de um governo baseado na igualdade encontra a sua força quer na tradição mítica quer nas instituições contemporâneas da cidade (cf. vv. 349-353 e 429-441) (56). Por isso, Goossens vai ao ponto de considerar que o Teseu das *Supplicantes* é «le 'bon pasteur' qu' Athènes a perdu, c'est Périclès 'le chef faute duquel les cités périsent'» (57). Se evidentemente se trata de um exagero e se se pode dar algum crédito à opinião de Zuntz de que seria incorrecto afirmar fazerem alusão certos passos e personagens a determinados debates, problemas, ideais ou personalidades contemporâneos (58), a maioria dos Atenienses, confrontada com o caminho que seguia a Guerra do Peloponeso, não se eximiria a aproximar o Teseu da peça ao Péricles preocupado em evitar o derramamento de sangue, mas ao mesmo tempo firme, se se considerava dentro da razão e da justiça; nem a anotar as coincidências entre o temperamento belicoso dos generais de então e a actuação de Adrasto e dos Argivos.

A sua actuação, sensata, altruísta, justa e moderada, enquadra-se na imagem mítica em que a tradição o transformou: chefe modelo, símbolo da democracia e seu criador lendário. Apresentado por essa

---

primeiro vide G. Murray, *Euripides and his Age*, Oxford, 21946, p. 63 e Pohlenz, *Die griechische Tragödie* I, pp. 302-303; para a do *Hipólito*, vide Pohlenz, pp. 268-269.

(54) R. P. Winnington-Ingram, *Sophocles. An Interpretation*, Cambridge, 1980, pp. 273-274; C. Bowra, *Sophoclean Tragedy*, pp. 331-336 e 338-340.

(55) Para as qualidades de Péricles enunciadas cf. Thuc. 2.65.4 sqq.; Platão, *Fedro* 270a: Éupolis, *Demos* in schol. Aristófanis: *Acharn.* 530; Plutarco, *Per.* 33 e 34.

Sobre o paralelismo entre Teseu e Péricles, vide Goossens, «Périclès et Thésée» cit., pp. 19-33; V. di Benedetto, *Euripide* cit., pp. 178-180.

(56) Vide Collard *Supp.*, p. 29 ad 87-262C e ad 381-597B, C. 1, 2.

(57) «Péricles et Thésée» cit., p. 22.

(58) *PPE*, pp. 4, 58-63, 71-81 e 88-94. Sobre o assunto vide Collard, *Supp.*, p. 13 e 29.

tradição como o autor do sinecismo da Ática, Teseu aparece também como o fundador da igualdade política ateniense (59). Plutarco, *Thes.* 24-25 conta do seguinte modo os acontecimentos: o rei percorre os campos e povoações para persuadir a população a aderir à unidade política. Convencidas facilmente as classes mais modestas, a nobreza — e só em parte — apenas deu a sua adesão, quando Teseu lhes promete um regime (*politeia*) sem rei, ou, como diz o texto, uma *democracia* em que ele se contentava em ser o comandante do exército e o guardião das leis e em que, para os restantes cargos, haveria direitos iguais (*ισομοιρία*) (60).

Considerado assim o fundador da igualdade política, por ter dotado Atenas de uma constituição que estipula a escolha de magistrados anuais — os arcontes —, a *democracia* e a *isomoiria* que lhe são atribuídas não passam afinal de uma forma de oligarquia. Só os nobres têm acesso àquelas magistraturas. Apesar disso, a tradição representa frequentemente Teseu como uma prefiguração de Sólon — como o criador da democracia.

À sua volta, a lenda agrupou um conjunto de feitos em prol dos fracos, dos oprimidos e dos que sofrem injustiça que, dada a estreita ligação do herói com Hércules, em parte duplicam os trabalhos de filho de Zeus, embora a tradição estabeleça uma diferença de objectivos entre os de um e os do outro (61). Para Isócrates (*Helena* 24), por exemplo, Hércules enfrentou os perigos mais célebres e mais difíceis, mas Teseu os mais úteis e ligados à vida dos Helenos. Podemos sintetizar essas diferenças com as palavras de Nilsson, quando escreve que os feitos do primeiro são «those of an old mythical hero who slays ferocious beasts», enquanto o segundo elimina «highwaymen and robbers, enemies of a peaceful and civilized life» (*op. cit.*, p. 55). Nas *Suplicantes* encontramos alusões a algumas dessas empresas de Teseu nos versos 314-319, 337-341 e 573-577.

A lenda fez de Teseu, por conseguinte, o promotor da vida em sociedade e um campeão dos que sofrem injustiças, continuando a ser,

---

(59) Sobre a formação da tradição a respeito de Teseu, vide W. den Boer, «Theseus», *G&R* 16 (1969) 1-13.

(60) Em Aristóteles, *Ath. Pol.* 41.2 há também uma alusão a tal reforma.

(61) Isócrates, *Helena* 23-31 comparada as empresas de um e de outro. Sobre o assunto vide M. P. Nilsson, *Cults, Myths, Oracles and Politics in Ancient Greece*, New York, 1951, repr. 1972, pp. 53-56.



depois da morte, o que o povo considerava ter sido enquanto rei: o defensor e guardião dos fracos que necessitam de ajuda. O seu túmulo tornou-se um santuário para os escravos, que, vítimas dos maus tratos, abandonavam a casa do senhor, e para todos os oprimidos e fracos que recebiam o poder. Desse modo existiria como que um fundamento sagrado para a constituição democrática de Atenas que garantia como direitos cívicos os direitos dos fracos.

Não é discordante desta figura mítica, transmitida pela tradição, a personagem que as *Supplices* nos oferecem. Teseu, como observa Collard, é importante não como indivíduo e como uma pessoa com sentimentos, qualidades, erros e destino, mas como um símbolo representativo e catalisador de acção (62). Corporização heróica do homem de Estado ateniense, são características suas o autodomínio, a consciência dos horrores da guerra e o uso dos métodos constitucionais de governo (63). Apresentado assim como ideal da civilização grega, alberga generosidade, moderação e cavalheirismo, em contraste com o rude Adrasto e com os Tebanos. Adrasto e os Argicos, — é o próprio rei de Argos que o revela e lamenta (vv. 739-740) — rejeitam o acordo razoável que Eteócles oferecera. Demasiado orgulhosos e confiados no poder do exército, não admitiam qualquer cedência, sacrificando a justiça à ambição que origina a morte de muitos inocentes e foi causa de sofrimento e de desgraça. Chefe de um poderoso exército, Adrasto sobrestimara o seu poder e a sua força e, em vez da vitória prometida, conduzira os seus homens à derrota e à morte diante das muralhas de Tebas.

O mito não transmite qualquer referência à proposta de Eteócles a Adrasto (64). Seria, portanto, uma inovação elucidativa de Eurí-

(62) Vide Collard, *Supp.*, p. 30.

(63) Vide T. Nicklin, *The Suppliants Women of Euripides*, Oxford, 1936, p. VIII.

(64) K. Jeppesen, *Ἐτεοκλέους σύμβασις: nochmals zur Deutung des Niobidenkraters Louvre G. 341*, Aarhus-Copenhagen, 1968, pp. 30-47 (apud Collard, *Supp.*, pp. 298-299 ad 739-741a; R. Aélion, *Euripide, héritier d'Eschyle*, p. 237, nota 31), vê uma representação desse acordo num calyx-krater de figuras vermelhas do Museu do Louvre (G. 341) datado de 460-450 e da autoria do «Pintor dos Nióbidas»: uma das faces — de que há reprodução em Beazley-Ashmole, *Greek Sculpture and Painting*, Cambridge, 1966, fig. 82; J. Boardman, *Greek Art*, London, 21973, fig. 169; M. Robertson, *A Shorter History of Greek Art*, Cambridge, 1981, fig. 108; E. Simon, «Polygnotan Painting and the Niobid Painter», *AJA* 67 (1963) Pls. 7-9 — apresentaria o encontro entre Eteócles e os Sete, na presença de Atena e de Hércules

pides, com a qual pretenderia aumentar a loucura e os erros dos responsáveis pela expedição. Constituiria, possivelmente, como defende Wilamowitz (65), uma alusão às propostas de paz feitas pelos Espartanos aos Atenenses em 425, depois do desastre de Pilos, e que os segundos rejeitaram (cf. Thuc. 4. 17 e 22). Mais reforça tal ideia a comparação dos versos 741-744 das *Suplicantes* com o passo de Tucídides 4.17.4, em que os Espartanos aconselham os Atenenses a fazerem um bom uso da sorte actual, evitando a ambição que leva a desejar sempre a mais. Os Atenenses não seguiram o conselho de Esparta nem aceitaram as suas propostas. O sucesso de Pilos tornou-se perigoso: estimulara-lhes a esperança e fizera-lhes crer que a sua cidade era irresistível. Como Adrasto e os companheiros, sentiam-se demasiado fortes para aceitar outra alternativa que não fosse a capitulação sem condições. Essa rejeição teve consequências funestas no desenrolar futuro da Guerra do Peloponeso. A descrição de Tucídides sobre os acontecimentos de Pilos e de Esfactéria (4.2-41) foi composta de maneira a pôr em realce o erro político cometido pelos Atenenses, por não aceitarem as propostas de negociação dos Espartanos (66).

Também os Tebanos nas *Suplicantes* não souberam, uma vez vitoriosos, conter-se e ultrapassaram a medida e os limites da justiça. O seu ódio ao inimigo nem com a morte se apazigua e cometem o erro de violarem as leis divinas que impõem o dever de dar sepultura

---

que, protector de Tebas, procura servir de medianoiro. Esse não deve ser, no entanto, o tema da cena do vaso. A interpretação mais aceite prefere ver nesse quadro Hércules e os Argonautas (cf. Beazley, *ARV*<sup>2</sup>, pp. 601.22, e 1661, *Paralipomena*, Oxford, 1971, p. 395. 22, *Addenda*, Oxford, 1982, p. 130; G. Richter, *Handbook of Greek Art*, London, 1983, p. 347; T.B.L. Webster, *Der Niobidenmaler*, Leipzig, 1935, pp. 15-17, pls. 2-5). É mais provável, porém, que a cena — tendo ao centro Hércules e à esquerda Atena — represente a descida do filho de Zeus ao Hades para ir buscar Teseu, que está no meio, em baixo, deixando ficar Pirítoos, que olha tristemente. Esta interpretação, que é sugerida por M. Robertson, *op. cit.*, p. 72, fig. 108, embora de forma interrogada — devo-a à Prof. Doutora M. H. da Rocha Pereira.

(65) *Griechische Tragödien III: Der Mütter Bittgang*, Berlin, 1899, p. 22 (apud Collard, *Supp.*, p. 299 ad 739-741a).

(66) Sobre a empresa de Pilos e sua importância no futuro da Guerra do Peloponeso vide J. de Romilly, *Thucydide et l'imperialisme athénien*, Paris, 1951, pp. 149-161, *Thucydide: La Guerre du Péloponnèse*, livres IV et V, Paris, 1973, pp. X-XIV e *Problèmes de la démocratie Grecque*, pp. 34-35; J. Ribeiro Ferreira, *Hélade e Helenos*, pp. 455-457.

aos mortos. Julgaram-se superiores aos ditames dos deuses e incorreram no grave pecado de *hybris*. Essa *hybris* constituirá a sua ruína, como acentua Adrasto nos versos seguintes:

..... Ὁ δ' αὖ τὸτ' εὐτυχήεις,  
λαβὼν πένης ὡς ἀρίπλουτα χρήματα,  
ὑβρίζει, ὑβρίζων τ' ἀθις ἀνταπόλετο  
Κάδμου κακόφρων λαός. (67)

Consciente disso, Teseu sabe conter-se e refrear as ambições do exército (vv. 723-724), comprovando na prática, pelos seus actos, como vimos, a superioridade do regime democrático moderado que opusera ao regime tirânico defendido pelo Arauto de Tebas (68). Compreensível, por isso, a conversão de Adrasto e a harmonização do seu pensar com o de Teseu, depois de escutar do Mensageiro o relato da vitória de Atenas e o modo como o seu rei conduziu a batalha. Confessa-se seu discípulo (v. 771) e repisa com insistência os temas e ideias que lhe são familiares (vv. 734-749), considerando que a ambição e a insensatez conduzem à guerra, causa de sofrimento e de morte. As cidades deviam solucionar os seus diferendos pelo diálogo e pela persuasão e não pela guerra:

Πόλεις τ', ἔχουσαι διὰ λόγον κάμψαι κακά,  
φόνωι καθαμεῖσθ' οὐ λόγῳ τὰ πράγματα. (69)

A harmonização de Adrasto com Teseu acentua-se no discurso fúnebre (vv. 860 sqq.), em que encontramos diferenças notórias rela-

(67) VV. 741-744:

..... Então o vencedor do momento,  
como um pobre que enriquece de repente,  
perdeu a medida; essa insolência levou à ruína  
o insensato povo de Cadmo.

Sobre a impopularidade dos novos-ricos nos finais do séc. V, vide Fraenkel, *Aesch.*: Ag. ad 1043 e Denniston, *Eur.*: El. ad 253.

(68) Vide supra, pp. 101-103.

(69) VV. 748-749:

As cidades podiam, pelo diálogo, conjurar as desgraças.  
Não é, porém, pelo diálogo, mas pela chacina, que resolvem os diferendos.

tivamente aos *logoi epitaphioi* tradicionais (70). Segundo Wilamowitz, o retrato dos sete guerreiros feito no referido discurso apresenta uma diferença profunda em relação às qualidades de um herói épico (71). O discurso parte do pressuposto, enunciado por Teseu (vv. 844-856), de que seria ridículo considerar a guerra um espectáculo em que é possível admirar as virtudes militares dos combatentes; e, a pedido expresso do rei de Atenas, Adrasto insiste mais nas virtudes cívicas dos heróis mortos do que nas suas empresas guerreiras, pondo em realce, na parte final (vv. 911 sqq.), o valor da educação. Parece verificar-se, portanto, uma desmitificação da aretê guerreira, bem significativa num homem como o rei de Argos, representante do herói tradicional que valoriza em especial as qualidades militares (72).

No juízo de M. H. Shaw, ao longo das *Suplicantes*, acentuar-se-ia uma oposição entre o *ethos* de Teseu e o de Adrasto e Argivos, observados em grande parte nas consequências que derivam das actuações de um e de outros (73). Adrasto e os Argivos, representantes do herói tradicional, hipervalorizariam as qualidades guerreiras e militares, agindo de forma irreflectida e imprudente e manifestando pouca confiança no diálogo e no poder da persuasão. Apenas detentores de coragem, rejeitam as palavras, ou seja os avisos e conselhos de prudência. A sua natureza ofensiva estabeleceria um contraste com Teseu, símbolo do novo chefe que o bom governo democrático exigiria: à coragem o rei de Atenas aliaria a prudência, a reflexão e a confiança no poder do diálogo.

Desta diferença de temperamento, segundo o mesmo autor, resultariam dois modelos díspares de actuação com consequências antagónicas, ratificadas pela intervenção de Atena no final da tragédia

(70) Cf. V. di Benedetto, *Euripide* cit., pp. 168-170; M. S. Mirto, «Il luto e la cultura delle madri: le *Supplici* di Euripide», *QUCC*, N.S. 18, 3' (1984) 77-80.

(71) «Der Mütter Bittgang», in *Griechische Tragödien* I, Berlin, 1922, p. 207 (apud M. S. Mirto, «Il lutto e la cultura delle madri» cit., p. 78, nota 42).

(72) Sobre a desmitificação da batalha como teatro do valor militar vide V. di Benedetto, *Euripide* cit., pp. 166-170.

(73) «The *ἦτος* of Theseus in the *Suppliant Women*», *Hermes* 110 (1982) 3-19.

Para este helenista (p. 5), a distinção entre a coragem própria dos jovens e a prudência e reflexão dos anciãos é um tema central na tragédia, em especial no diálogo entre Teseu e Adrasto do primeiro episódio. Aí o rei de Atenas acusa o de Argos de preferir a coragem irreflectida dos jovens (*εὐψυχία*) à prudência e bom conselho (*εὐβουλία*) dos mais velhos (vv. 160-161 e 231-237).

(vv. 1183-1226): Teseu trabalha pelo cumprimento da lei que preserva a cidade e a vida humana, enquanto os Argivos pretendem a fama dos combates. Em consequência, Atena, nas palavras que dirige a Teseu — nas quais o termo pólis vem repetido várias vezes (vv. 1187, 1194, 1208) (74) —, tem em conta o bem de Atenas, ensinando o rei a exigir de Argos um juramento que contribuirá para a salvação da cidade. Aos Argivos prediz a vitória e a fama, utilizando os apropriados vocábulos «devastar» (v. 1214) e «devastadores da cidade» (v. 1223: *πόλεος ἐκπορθήτορες* (75)).

Da ambição e do temperamento belicoso dos Argivos resultam o sofrimento e o desespero que, na segunda parte da peça, estão bem patentes nos lamentos do Coro e no suicídio de Evadne. O desejo de vingança dos filhos dos Sete guerreiros anuncia a repetição, no futuro, do ciclo de guerra e conseqüente sofrimento.

Temperamento prudente e avisado, Teseu não se deixa arrastar a excessos. Dialogante e receptivo, aceita sem resistência as sensatas advertências da mãe e os conselhos de Atena: *δράσω τάδ'* (v. 346), dirá ele no primeiro caso, e *πέισομαι λόγοισι σοῖς* (v. 1227), no segundo. Da sua actuação resulta o bem estar, a justiça, a felicidade da pólis (vv. 1230-1231), e o cumprimento das normas que permitem a convivência humana. Por isso, o Mensageiro, no fim da sua narração, num passo em que é nítida a alusão à vida política da época, aconselha a eleição de um estratega da têmpera de Teseu:

*Τοιόνδε τοι στρατηγὸν αἰρεῖσθαι χρεών,  
ὅς ἐν τε τοῖς δεινοῖσιν ἐστὶν ἄλκιμος  
μισεῖ θ' ὑβριστὴν λαόν, ὃς πράσσων καλῶς  
ἐς ἄκρα βῆναι κλιμάκων ἐνήλατα  
ζητῶν ἀπόλεσ' ἄλβον ὄμι χρῆσθαι παρῆν.* (76)

(74) Reiske emenda *τάδε* do verso 1184 para *πόλις*, emenda que a maioria dos editores não adopta.

(75) M. H. Shaw, «The ἦθος of Theseus» cit., pp. 15-18.

(76) Vv. 726-730:

*Por estratega devemos eleger um homem desta têmpera,  
um chefe que, corajoso nos momentos de perigo,  
deteste a multidão insolente que, ao ver-se vencedora,  
deseja atingir os últimos degraus da fama  
e procura gozar da felicidade que tem à mão.*

Nos versos 190-192 e 879-880 volta a insistir-se na importância do bom governante.

Discordo, portanto, da interpretação de Greenwood que encontra no tom pacifista que percorre a peça uma condenação mesmo da guerra justa de Teseu (77).

## 5

A guerra, quando justa, é admitida, como acabamos de ver, no campo dos princípios; é mesmo postulada a sua necessidade em determinadas circunstâncias. Apesar disso, a impressão derradeira que fica das *Suplicantes* parece ser a evidência amarga das trágicas consequências de tal flagelo. A acção da tragédia ordena-se pelo menos no sentido de sublinhar, na parte final, a dor e a ruína sem remédio que daí resultam.

Depois da vitória de Teseu, Adrasto anuncia os ritos fúnebres de adeus aos mortos. Reconhece os malefícios da guerra e torna-se um defensor da paz, invocando como argumento a brevidade da vida humana. Os homens, na opinião do rei de Argos (vv. 949-954), em vez de se exporem aos perigos dos combates e de se afadigarem em mútua destruição, deveriam viver em paz longe de canseiras e desgraças (vv. 951-954):

.....*Ἡράσασθ', ἀλλὰ λήξαντες κήμων  
ἄστη οὐλάσσεθ' ἤσυχοι μεθ' ἡσυχων.  
συμκρόν τὸ χρεῖμα τοῦ βίου τοῦτον δὲ χρεῖ  
ὡς ῥᾴιστα καὶ μὴ σὸν πόνους διεκπερᾶν* (78).

O sofrimento amadurecera Adrasto e trouxera-lhe a experiência que motiva uma mudança no modo de encarar a guerra. Pensa ele agora que os combates causam a perda da vida, o único bem que não

---

(77) *Aspects of Euripidean Tragedy*, Cambridge, 1953, pp. 102-103 (apud, Conacher, *Euripidean Drama*, p. 96 e nota 9).

(78) .....*Basta! Acabai com as desgraças  
e preservai as cidades. Vivei em paz e deixai em paz os outros.  
A vida é breve. Convém percorrê-la  
o melhor que possais, longe de calamidades.*

pode ser recuperado, originando desse modo dor, solidão e desespero (vv. 775-777):

..... Τοῦτο γὰρ μόνον βροτοῖς  
οὐκ ἔστι τὰνάλωμ' ἀναλωθὲν λαβεῖν,  
ψυχὴν βροτείαν (79)

Estas suas afirmações surgem comprovadas, perante nossos olhos, na segunda parte da tragédia. Apesar da vitória de Atenas e da recuperação dos mortos, a perda das mães é irrecuperável — os filhos não voltarão a viver.

O lamento do Coro sublinha precisamente o confronto entre a felicidade de outrora, no tempo em que os filhos eram vivos, e a tristeza e desgraça em que agora se encontra (vv. 955 sqq.). É significativa aliás a insistência com que, na peça, o Coro repete, desde o párodo (vv. 48-51), os aspectos formais e expressivos do *threnos* e da lamentação fúnebre (80). Parece-me, por isso, correcta a opinião de que o tema central que dá unidade às *Supplicantes* residirá no sofrimento causado pela guerra nas mães e nos familiares dos mortos — ou seja no Coro da tragédia (81). Vítimas de intolerável ultraje, enquanto os filhos se mantêm insepultos, as mães continuam desoladas na sua dor, quando os corpos, recuperados, recebem os ritos fúnebres.

As discussões sobre moralidade, justiça e conduta política, que dominam a primeira parte da peça e ecoam nas breves falas de Adraсто

---

(79) .....Aos mortais um único bem,  
uma vez perdido, não é recuperável:  
a vida humana.

O tópico de que todos os bens podem ser recuperados, excepto a vida, já aparece na *Iliada* 9.401 e 408.

(80) Vide V. di Benedetto, *Euripide* cit., pp. 170-172.

(81) As *Supplicantes* têm um coro, o verdadeiro, constituído pelas mães dos guerreiros mortos, e um coro secundário, formado pelos filhos desses guerreiros. Sobre o assunto vide J. Carrière, *Le chœur secondaire dans le drame grec*, Paris, 1977, pp. 51-59.

Para a opinião de que o tema central da tragédia se encontra no sofrimento causado pela guerra, vide, entre outros, Pohlenz, *Griechische Tragödie*, Göttingen, 1954, I pp. 360-364; Kitto, *Greek Tragedy*, p. 225; Zuntz, *PPE*, pp. 3-25 (em especial 9-12); Strohm, *Euripides. Interpretationem zur dramatischen Form*, München, 1957, pp. 18-19, 22-23; Lesky, *Die tragische Dichtung der Hellenen*, Göttingen, 1972, pp. 357-368; Collard, *Supp.*, pp. 24-28.

(vv. 743-749 e 949-954) e na «Oração fúnebre» (vv. 857-917), integram-se perfeitamente na unidade do conjunto, por mostrarem que esse sofrimento resulta de atitudes e decisões erradas dos homens.

A solidão e desespero deixados pela morte tornam-se por vezes insustentáveis. Evadne, viúva de Capaneu, um dos guerreiros mortos, evoca as núpcias — dia longínquo de felicidade que contrapõe à cruel realidade presente — e prefere o suicídio na pira do marido a suportar a existência sem a presença deste (vv. 990-1071). Ífis, seu pai, vê-se confrontado com uma vida impossível de solidão (vv. 1095-1096). No palácio, diz ele,

..... ἐρημίαν ἴδω  
πολλήν μελάρων ἀπορίαν τ' ἐμῶι βίωι. (82)

A guerra levava-lhe o filho, Etéocles, o genro, Capaneu, e a filha, Evadne. Só lhe resta chorar, recordar a ternura da filha perdida e mergulhar na renúncia absoluta que conduzirá à morte (vv. 1080-1113). A cena de Evadne e de Ífis visa, assim, condenar as expedições militares, quantas vezes evitáveis, mostrando o mal que elas provocam (83).

Deixando atrás de si um rasto de destruição e de dor, a guerra é um flagelo que não poupa ninguém, tanto a nível colectivo como a nível individual. A empresa insensata de Adrasto tanto trouxe dor e desgraça a Argos, enquanto grupo social, como devastou a existência individual de Evadne e, por meio dela, a de Ífis (84). Sem escolher as vítimas, as trágicas consequências desse flagelo atingem sobretudo os inocentes e os indefesos que em nada contribuíram para o seu desencadear.

Do estudo dos termos de felicidade utilizados nas *Suplicantes* (*εὐδαίμων* e *εὐδαιμονία*, *ἄλβος*, *εὐτυχής* e *εὐτυχία*, *δυστυχής*), realizado

(82) ..... *encontrarei a solidão*  
*dos enormes aposentos e uma vida impossível para mim.*

(83) Sobre as interpretações da cena de Evadne e de Ífis vide Kitto, *Greek Tragedy*, pp. 224-225; Strohm, *Euripides*, pp. 59-60; J. de Romilly, *L'évolution du pathétique d'Eschyle a Euripide*, Paris, 1980, pp. 37-39; G. Zuntz, *PPE*, pp. 12-13; Collard, *Supp.*, pp. 353-356 ad 980-1113; M. H. Shaw, «The ἦθος of Theseus in *The Suppliant Women*», *Hermes* 110 (1982) 15, nota 29.

(84) Cf. R. Aéliou, *Euripide, héritier d'Eschyle*, p. 240; V. di Benedetto, *Euripide cit.*, pp. 163-170.



por McDonald, retira-se uma conclusão idêntica (85): que a felicidade, quer as formas que a designam se apliquem colectiva quer individualmente a homens e mulheres, pode ser destruída pela guerra, tudo parecendo depender do facto de esta ser evitada ou não. Se alguém a inicia, é inevitável o consequente ciclo de dor e sofrimento. «One may have momentary *εὐτυχία*, or victory, in war» — escreve McDonald — «but for lasting *εὐδαιμονία* war must be avoided» (p. 111).

Parecem-me por isso substancialmente correctas as afirmações da mesma helenista de que a peça constitui «a vivid reconstruction of human misery as a result of war» (p. 108) e apresenta esta «by far the greatest misfortune» (P. 111) (86).

Evidentemente que a tragédia, na primeira parte, estabelece uma distinção entre a guerra justa e a guerra injusta, mas termina com a visão dolorosa da morte e do sofrimento que enchem toda a segunda parte. Lutou-se para manter a justiça humana e divina — a razão mais ponderosa e gloriosa possível —, mas não é de glória a imagem que se patenteia a nossos olhos, quando a peça termina. Como visão final, as *Supplices* deixam-nos a desgraça e o sofrimento do povo que foi vítima da guerra (87).

Em face do que fica exposto podemos considerar as *Supplices* uma tragédia pacifista e ver nela, possivelmente, uma advertência de Eurípides a Atenas e a todos os homens tentados pelo ardor militar.

Várias outras peças do poeta parecem ter visado idênticos objectivos, ou pelo menos abordam de forma crítica o tema da guerra. Estão neste caso, o *Cresfonte*, a *Andrómaca*, a *Hécuba*, as *Troianas* e a *Helena*: as três primeiras compostas nos anos próximos das *Supplices* e as duas últimas cerca de uma década mais tarde.

No *Cresfonte*, peça perdida que não pode ser posterior a 425 e de que apenas restam escassos fragmentos (frs. 449-459 N2), havia uma

(85) *Terms for Happiness in Euripides*, Göttingen, 1978, pp. 99-111.

(86) O desejo de vingança dos filhos dos guerreiros mortos no final, apoiados pelo coro (vv. 1143 sqq.), constitui uma contradição do carácter pacifista anterior das *Supplices*. Talvez uma concessão à lenda, que fala da vitória dos Epígonos, e ao desejo de vingança familiar, profundamente arraigado na tradição desde a épica. Sobre o assunto vide M. S. Mirto, «Il lutto e la cultura delle madri: le *Supplici* di Euripide», *QUCC*, N.S. 18,3 (1984) 81-83.

(87) Vide McDonald, *Terms for Happiness* cit., p. 111.

apaixonada invocação da paz «dispenseira de riquezas e a mais bela dentre os imortais» (fr. 453 N<sup>2</sup>) (88). A *Andrômaca*, peça que se situa na mesma época, tem como pano de fundo, se bem que no passado longínquo, o conflito de Tróia que atingiu tanto vencidos como vencedores: todos sofrem os seus efeitos. Nas cidades gregas — refere o coro nos versos 1037-1044 — as esposas perderam os maridos e muitas mães entoam lamentos pelos filhos (89). A *Hécuba*, datável de 424-423, é percorrida por um profundo horror à guerra. A acção incide sobre o sofrimento que o conflito trouxe à rainha e às cativas de Tróia, mas não esquece que os seus efeitos atingem também os vencedores: os versos 650 sqq., proferidos pelo Coro, lembram as mães da Lacónia que, junto do Eurotas, choram os filhos mortos. Uma referência bem significativa em peça composta um ou dois anos depois da rejeição por Atenas das propostas de paz que, na sequência do desastre de Pilos, Esparta lhe fizera.

As *Troianas* põem mais uma vez em cena as vítimas inocentes apanhadas pelas malhas da violência cega da guerra. A peça foi apresentada nas Dionísias de 415, pouco tempo passado do cerco e conquista de Melos em que Atenas chacina os homens válidos e reduz à escravatura as mulheres e crianças (Thuc. 5.85-116) e no momento em que acabava de ser votada a expedição longínqua e onerosa à Sicília que se salda por um revés.

Novamente decorre a acção nos dias imediatos à tomada de Tróia e no centro da peça coloca o poeta, como na *Hécuba*, as mulheres e crianças da cidade conquistada, prisioneiras dos Gregos. A cena passa-se frente às tendas das cativas, tendo por fundo a cidade, silenciosa e sem vida, que em breve se desmoronará destruída pelas chamas. Taltíbio, arauto dos Aqueus, em cumprimento das decisões do exército, transmite aos cativos o seu cruel destino: Políxena sacrificada no túmulo de Aquiles; Cassandra e Andrômaca concubinas de Agamémnon e Neoptólemo, respectivamente; Astíanax, uma criança inocente, precipitado das muralhas da cidade; Helena, a principal culpada, parte

---

(88) Este fr. de Eurípides, de imediato, traz à memória os elogios dos benefícios da paz nas comédias de Aristófanes *Acarnenses*, *Paz* e *Lisístrata*. Sobre o assunto vide J. Ribeiro Ferreira, *Hélade e Helenos*, pp. 413-440.

(89) Vide J. Ribeiro Ferreira, *Eurípides: Andrômaca*. Introdução, tradução e notas, Coimbra, 1971, pp. 79-85.

para Esparta sem qualquer punição. Perante este doloroso desfile, Hécuba, sem esperança, tenta lançar-se nas chamas que consomem Tróia e ficar sepultada sob os escombros, mas sem êxito; é obrigada a viver para ser escrava de Ulisses (90).

Neste suceder cruel de desgraças e perante a perspectiva de um futuro sem qualquer réstia de claridade, é significativa a atitude do Coro das cativas troianas. As odes corais, que a princípio dão até a impressão de nada terem a ver com a acção da tragédia — mas trata-se apenas de uma falsa aparência —, constituem momentos de evasão e ilusão, de retorno aos tempos felizes em que Tróia era poderosa e livre. Desse modo estabelecem um forte contraste com a situação actual da cidade conquistada, deserta e em chamas. É particularmente comovedora a ode (vv. 511-568) em que se recorda a última noite de Tróia e a paz ilusória que antecede a desgraça — um tema que já fora tratado numa ode coral da *Hécuba* (vv. 905 sqq.). Enganados quanto à finalidade do cavalo de pau construído pelos Gregos, os Troianos introduzem-no no interior das muralhas e, ao som de flautas e cantos, dançam e fruem a descuidada alegria pela paz e liberdade finalmente adquiridas. Adiantada a noite, cansados das festas, mergulham no sono, alheios às preocupações da guerra. Os maridos — recorda o Coro da *Hécuba* (vv. 916-927) —, depostas as armas, repousavam já no tálamo, enquanto elas, num último retoque feminino, compunham ainda o cabelo ao espelho antes de se confiarem ao leito.

Nesse momento, quebra-se a calma que tudo envolvia. O clamor substitui-se ao silêncio e, de surpresa, a paz ilusória transforma-se em pesadelo. A destruição e a morte ocupara a cidade.

Três anos mais tarde, ao que parece em 412, Eurípides apresenta a *Helena*, composta sob o efeito do desastre da Sicília que trouxe o desespero e foi de graves consequências para Atenas (Thuc. 8.1). O poeta utiliza uma versão do mito — já conhecida de Heródoto 2.112-120 e provavelmente de Estesícoro (91) — em que a verdadeira Helena, em vez de partir para Tróia, é levada por Hermes para o Egipto, por ordem de Hera, para defraudar os intentos de Páris

(90) Vide J. Ribeiro Ferreira, «A Figura de Andrómaca em Eurípides», *Humanitas* 23-24 (1971-1972) 460 sqq.

(91) Fr. 192 Page. Sobre o assunto vide M. O. Pulquério, «O problema das duas palinódias de Estesícoro», *Humanitas* 25-26 (1973-1974) 265-273.

e de Afrodite. Em substituição vai para Ílion um *eidolon* seu — um fantasma sem consistência nem realidade. É por esse *eidolon* que Aqueus e Troianos combatem e se envolvem em dez longos anos de lutas e sofrimentos. Desse modo, a expedição contra Tróia, de empresa nobre e louvada pelos Gregos, transforma-se numa guerra louca que tem um motivo fútil e ridículo — a posse de um fantasma. Ganham assim sentido as palavras indignadas do mensageiro, quando vem noticiar o desaparecimento do *eidolon*, no momento em que se dá o reencontro com a verdadeira Helena: os Gregos pereceram por uma nuvem e Tróia foi destruída por nada (vv. 749-751) (92).

Como se vê, as *Suplicantes* integram-se num vasto grupo de peças que exploram o filão da crítica à guerra. No tratamento do tema, Eurípides foca os acontecimentos de modo geral pela perspectiva dos vencidos. Atraem-se sobretudo as vítimas sem culpa ou que a têm em mínimo grau: as mulheres e as crianças, seres inocentes e indefesos sobre os quais recaem as consequências mais gravosas. São sempre elas as principais vítimas de todas as guerras.

O conflito do Peloponeso assolava as cidades gregas, marcado por actos de oportunismo, de injustiça, de ambição e de vingança — às vezes momentos até de atrocidade e de selvajaria, de que destaco a chacina e escravização dos habitantes de Cione em 421 (Thuc. 5.32.2) e de Melos em 416/415. A guerra ia deixando atrás de si um cortejo de sofrimento e de dor, um descontentamento crescente. Como consequência, começa a gerar-se uma nova concepção de guerra e de paz. A primeira deixa de ser, como até aí, o estado normal das relações entre as cidades, perdendo essa condição em favor da paz (93). Neste contexto adquirem significado os versos 1151-1157 da *Helena* em que o Coro — quatro anos depois do tratamento desumano infligido aos Mélios e um após o desastre da Sicília em 413 que causou a morte de grande número de Atenienses e lançou no cativeiro muitos outros —

---

(92) Sobre a cruzada pacifista vide J. Ribeiro Ferreira, *Hélade e Helenos*, pp. 368-374.

(93) Cf. S. Payrau, «Guerre et paix dans la Grèce ancienne», *BAGB* (1985) 132; J. de Romilly, «Guerre et paix entre cités» in J.-P. Vernant (ed.), *Problèmes de la guerre en Grèce ancienne*, Paris, 1968, pp. 207-211; J. Ribeiro Ferreira, *Hélade e Helenos* I, pp. 90-91.

condena a insensatez dos que procuram a glória nos combates e buscam nas armas o remédio para os males da humanidade:

Ἄφρονες ὅσοι τὰς ἀρετὰς πολέμοιο  
λόγγαισί τ' ἀλκαίου δοροῶ

κτᾶσθε, πόνοιο ἀμαθῶιο θνα-  
τῶιο καταπανόμειοι  
εἰ γάρ ἀμιλλα κρινεἰ νη  
ἀίματοιο, οὐποτ' ἔριοιο  
λείρει κατ' ἀνθρώποιο πόλιοιο. (94)

Em face do que expus é permitido concluir que Eurípides, nas suas tragédias, utiliza a cada passo as lendas, sobretudo as relativas ao ciclo troiano e ao ciclo tebano, com a finalidade de intervir indirectamente no contexto político e social do seu tempo — função que o mito continua ainda a exercer actualmente nas mãos de muitos autores modernos.

JOSÉ RIBEIRO FERREIRA

---

(94) Eurípides, *Hel.* 1151-1157:

Insensatos de vós quantos na guerra buscaio  
glória, e nas lanças robustas,

nelas julgando encontrar, em vossa ignorância,  
o remédio para os males dos mortais.

Se é o combate sangrento  
a decidir, nunca a discórdia  
se ausentará das cidades dos homens.